



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

O CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL

Sérgio Murilo da Silva¹

Gláucia do Carmo Xavier²

Resumo

A presente pesquisa tem como tema o Conselho de Classe, sua natureza, realização e implicações na escola. Com base nos conceitos de formação omnilateral (SAVIANI, 1994; FRIGOTTO, 2003), o trabalho visa compreender de que forma o Conselho de Classe pode ser um instrumento capaz de contribuir para a avaliação e revisão das práticas educativas, impactando positivamente o processo ensino-aprendizagem e contribuindo para a formação humana integral dos alunos (DALBEN, 1996; CRUZ, 2015). A investigação está sendo desenvolvida em um campus do Instituto Federal de Minas Gerais e é de natureza qualitativa. As técnicas metodológicas são a pesquisa documental e o estudo de caso. A pesquisa documental busca verificar a vinculação existente entre o Conselho de Classe e as concepções de avaliação, previstas nos documentos oficiais da escola, a frequência dos professores às reuniões e os encaminhamentos a partir dos Conselhos. Já o estudo de caso, por meio de observação, entrevistas com a direção, questionários com os professores e grupo focal com as pedagogas, objetiva identificar os motivos que levam à baixa frequência docente nos Conselhos de classe, comprometendo a eficácia dele. Até o momento, já foram feitos o acompanhamento de nove reuniões do Conselho, além de entrevistas. Os resultados preliminares apontam para a necessidade da valorização e fortalecimento do Conselho na instituição.

Palavras-chave: Conselho de Classe; Ensino Médio Integrado; Processo Ensino-Aprendizagem; Politecnia.

Introdução

O Conselho de Classe é uma instância multidisciplinar do processo avaliativo escolar, do qual participam os professores da turma, as equipes pedagógica e de gestão da escola e, em alguns momentos, representantes dos alunos e dos pais. Como órgão colegiado, o Conselho objetiva, além de promover a interação e integração tanto entre as disciplinas, quanto entre os vários atores do processo ensino-aprendizagem, analisar o desempenho dos alunos, refletir sobre as

¹ Mestrando em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFMG – Campus Ouro Branco. Graduado em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto. Graduado em Direito pela UNIPAC – Mariana. E-mail: sergio.silva@ifmg.edu.br

² É doutora em Linguística e Língua Portuguesa (PUC-MG) e mestre em Educação (PUC-MG). Realizou estágio de pós-doutorado na linha de Estudos da Linguagem (UFF). É professora do IFMG, onde atua desde o Ensino Médio ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. glaucia.xavier@ifmg.edu.br

práticas educativas e propor medidas que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, para a formação dos alunos.

Porém, o Conselho, como instrumento do processo avaliativo, geralmente, não tem atingido o seu objetivo. Quer seja por questões burocráticas ou por influência dos modelos classificatórios de avaliação, ele tem se transformado em espaço de apresentação de notas e conceitos, discussão acerca de comportamento e legitimação de aprovação e reprovação dos alunos (CRUZ, 2015; SANT'ANNA, 2017; HOFFMAN, 2018a; HOFFMAN, 2018b).

Considerando que nos Institutos Federais, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é pautada na formação omnilateral, politécnica ou integral (SAVIANI, 1994; FRIGOTTO, 2003; MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015), tendo o trabalho como princípio formativo, essa pesquisa procura analisar o Conselho de Classe como um instrumento do processo avaliativo, buscando apontar caminhos para que essa ferramenta possa realmente impactar positivamente na sala de aula e, conseqüentemente, na formação integral dos alunos dos cursos técnicos integrados.

Nessa perspectiva, buscar-se conhecer a concepção do Conselho de Classe, enquanto estratégia pedagógica, prevista nos vários documentos normativos do Instituto Federal de Minas Gerais, sua organização, objetivos e finalidades. Este estudo procura também comparar as concepções dos professores, pedagogos e direção geral acerca dos Conselhos, verificando se elas estão em consonância com os documentos que norteiam os cursos. Objetiva-se também identificar os motivos que levam à baixa frequência dos professores nos Conselhos de Classe, comprometendo a sua eficácia enquanto espaço democrático de discussão, reflexão e revisão do fazer pedagógico. Dada a importância desse espaço democrático de avaliação, Justifica-se este trabalho como um esforço de verificar de que forma o Conselho de Classe, como instância do processo avaliativo, pode ser um instrumento de avaliação das práticas educativas capaz impactar positivamente o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Dentre as várias opções metodológicas, optamos pela pesquisa qualitativa, por entender ser a que mais se adéqua aos nossos propósitos. Tendo em vista o caráter subjetivo do objeto analisado, consideramos que esta é a metodologia ideal para alcançarmos os nossos objetivos. Dessa forma, optamos pelas técnicas de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e estudo de caso.

O trabalho está em fase de desenvolvimento e, até então, já foram feitos o acompanhamento de nove reuniões do Conselho, além de entrevistas com a diretora geral e o gerente de ensino. Até o momento, os dados iniciais apontam para a necessidade da valorização e fortalecimento do Conselho na instituição.

Nessa medida, este trabalho propõe-se a descortinar o tema do Conselho de Classe como Espaço Democrático de Avaliação da Aprendizagem e suas Contribuições para a Formação Integral. Para isto, este texto está dividido em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais, ele se divide em: “Conselho de Classe no Brasil: Origem, Conceitos e Objetivos”, “Críticas ao Conselho de Classe”, “Diretrizes e Normas do Conselho de Classe”, “A Formação Humana Integral na Educação Profissional e Tecnológica” e “Resultados Preliminares”. Devemos admitir, entretanto, que as reflexões sobre a temática central estão diluídas ao longo do texto, são processuais e, por isso, não se concentram propriamente na quinta seção, formalmente nomeada para agrupá-las. Iniciemos.

1. Conselho de Classe no Brasil: Origem, Conceitos e Objetivos

A experiência de Conselho de Classe no campus do IFMG não tem sido satisfatória já ha alguns anos. Em conversas preliminares com docentes, direção geral e equipe pedagógica da instituição, constatou-se que o Conselho é uma instância que precisa ser reestruturada e mais valorizada para que possa atingir os seus objetivos. Levando em conta essa situação, é necessário entender melhor de fato o que é o Conselho de Classe para que, a partir desse conceito, essa pesquisa se embase.

Historicamente, o Conselho de Classe foi introduzido no Brasil no final dos anos 1950, sob a influência do modelo francês surgido na França, com o objetivo de estudar as classes experimentais introduzidas no ensino francês em 1945. A Reforma de Ensino Francesa de 1959 instituiu três tipos de conselho: o Conselho de Classe, o Conselho de Orientação e o Conselho Departamental. Esses conselhos tinham o intuito de organizar o sistema escolar com vistas à observação sistemática e contínua dos alunos para oferecer-lhes uma formação que atendesse os seus gostos e aptidões (ROCHA, 1986; DALBEN, 1996). Rocha (1986) nos relata que a partir da experiência de alguns professores que estagiaram no Instituto de Pesquisas Educacionais de

Sèvres e consideraram o Conselho de Classe uma proposta promissora, a experiência pioneira foi implantada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, levado para outras escolas.

Formalmente, o Conselho de Classe expandiu-se com a promulgação da Lei 5692/71. Segundo Dalben (1996), a referida lei não determinou claramente a implantação dos Conselhos, mas trouxe orientações que apresentavam o Conselho de Classe como um dos órgãos constituintes da escola. Com a homologação da nova lei, o Colégio de Aplicação passou a ser solicitado por outras instituições que desejavam também introduzir este instrumento de avaliação na sua estrutura organizacional.

Desde então, o Conselho de Classe tornou-se uma importante ferramenta a serviço da avaliação da aprendizagem e revisão das práticas docentes, pedagógicas e escolares, por ser, se não o único, um dos poucos espaços democráticos de avaliação da aprendizagem.

Rocha (1986) assim conceitua o Conselho de Classe:

O Conselho de Classe é uma reunião dos professores da turma com múltiplos objetivos, entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e de outros elementos da equipe da escola”. (ROCHA, 1986, p. 9)

Da análise do conceito acima, é possível perceber que um Conselho de Classe assim pensado tem uma preocupação maior com a avaliação do aproveitamento dos alunos e das turmas e menos com a avaliação das práticas envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Embora a autora afirme que o Conselho tenha múltiplos objetivos, enfatiza a avaliação do aproveitamento como uma das suas principais atribuições. O papel do professor nesse modelo de Conselho é avaliar os alunos e turmas e integrar-se aos demais professores e elementos da equipe da escola. Esse modelo reflete a orientação pragmática e tecnicista da lei 5692/71, fundamentalmente integrada às necessidades econômicas e às exigências do mercado de trabalho e do modo de produção capitalista (Dalben, 1996).

Dalben [2010?] traz-nos a seguinte definição:

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da

escola, o qual reúne periodicamente os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores e orientadores educacionais, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos (DALBEN, [2010?], p. 3).

Essa definição, além de apresentar mais detalhadamente quais devem ser os participantes do Conselho, demonstra uma preocupação não só com o rendimento dos alunos e das turmas, mas também a proposta de reflexão e avaliação conjunta acerca de todo o desempenho pedagógico. Nessa perspectiva, o corpo docente e a equipe pedagógica têm um papel mais ativo, através de ações reflexivas/avaliativas de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Já Libâneo (2017) define o Conselho de Classe como:

Um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite o acompanhamento dos alunos, visando um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as ações mutuas entre professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação (LIBÂNEO, 2017, p. 263).

Além de definir o que seja o Conselho, Libâneo (2017) apresenta-nos o que considera serem os seus principais objetivos:

- Aprimoramento do diagnóstico dos problemas e dificuldades.
- Obtenção de informações para facilitar o aconselhamento ao aluno.
- Busca de soluções alternativas para as dificuldades que aparecem.
- Elaboração de programas de recuperação e outras atividades de apoio.
- Reformulação do plano de ensino (revisão, retomada da matéria, etc.).
- Identificação de progressos e mudanças de comportamento de alunos. (LIBÂNEO, 2017, p. 264).

Da definição e objetivos citados, depreende-se que o Conselho de Classe, enquanto instância avaliativa é um espaço que tem como função precípua a análise sobre desempenho dos alunos e a atuação dos professores. Nota-se que o Conselho guarda em si a possibilidade de articular os vários segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino (DALBEN, 1996).

É na instância do Conselho de Classe que se dá, de forma participativa, a reflexão, discussão e avaliação do trabalho de toda a equipe acadêmica, da situação do aluno e dos problemas educacionais vivenciados no cotidiano escolar. Uma análise coletiva de todo o processo tende a ser mais eficaz e produtiva, uma vez que reúne múltiplos olhares dos profissionais da educação, propicia a troca de experiências e viabiliza a tomada de decisões mais acertadas para os problemas educacionais apresentados. Ele busca a reflexão responsável, a colaboração e contribuição dos professores das diversas disciplinas, da equipe pedagógica e da gestão educacional, objetivando traçar diretrizes que contribuam para a efetivação de uma avaliação voltada para a formação humana integral. Dalben (1996), afirma ainda que o Conselho de Classe, como instância avaliativa, prevê uma forma de avaliação mais adequada ao processo pedagógico. Essa avaliação deve ser contínua e voltada para a observação do aluno em todo o seu desenvolvimento de aprendizagem. Além disso, ela deve privilegiar os aspectos qualitativos, que devem predominar sobre os quantitativos, sem, portanto, aboli-los.

2. Críticas ao Conselho de Classe

Embora ideologicamente o Conselho de Classe seja considerado uma importante ferramenta pedagógica e de gestão escolar, por ser um espaço democrático de avaliação e reflexão das práticas educativas e de integração e troca de experiências dos profissionais de educação, alguns autores têm reforçado que, na prática, essa ferramenta não tem sido bem aproveitada pelas instituições de ensino, como é o caso da realidade do Campus do IFMG, lócus dessa pesquisa. Com isso, a ferramenta tem se transformado em local de legitimação de resultados insuficientes dos alunos e de reclamação de docentes.

Na concepção de Cruz (2015), o Conselho de classe, embora seja um dos mais ricos espaços de transformação da prática pedagógica, ele tem sido muito mal utilizado nas escolas. Segundo ele, da forma como as reuniões acontecem, o Conselho tem se transformado em instância de julgamento dos alunos, onde não há o direito de defesa – uma vez que estes não participam das reuniões – e espaço e críticas improdutivas sobre a prática pedagógica. Sendo assim, o Conselho de Classe acaba reforçando os mecanismos de controle, concentração de poder e de exclusão social dentro da escola.

Na mesma direção, Sant'Anna (2017), afirma que, atualmente, a maioria do tempo das reuniões é utilizado pelos professores para citar notas ou conceitos e registrar pareceres descritivos padronizados. Quanto ao diagnóstico, levantamento de soluções alternativas, reformulação de objetivos, programas de recuperação e coleta de evidências que indiquem mudanças no desenvolvimento dos alunos são praticamente esquecidos. Muito embora, o Conselho se reúna com o objetivo de avaliar, na verdade, ele tem se limitado a informações vagas e teóricas por parte dos professores, deixando transparecer o desejo claro de concluir a tarefa e sentir o alívio do dever cumprido. Dessa forma, o Conselho de Classe acontece, quase que exclusivamente, para confirmar aprovação e reprovação de alunos. Para a autora, é preciso que antes de cada Conselho, os objetivos sejam bem definidos para que, como instrumento de avaliação, ele possa cumprir seus propósitos e os educadores sua missão. Esta pesquisa busca valorizar e fortalecer o Conselho de Classe no campus pesquisado para diminuir os aspectos negativos atualmente encontrados nessa instância.

A teoria de Hoffman (2018a) vai ao encontro dos pensamentos de Cruz (2015) e Sant'Anna (2017) quando ela assevera que o Conselho de Classe é constituído para que os professores tenham tempo e espaço para compartilhar suas observações e decidir estratégias pedagógicas futuras. Assim, as reuniões não podem ser apressadas, burocráticas e nem local de resolução de conflitos entre professores e alunos, tendo em vista que o seu propósito é a leitura integral e interdisciplinar dos alunos pelos professores das várias disciplinas da turma e espaço de reflexão sobre concepções pedagógicas e estratégias de continuidade da ação educativa. Segundo ela, o Conselho deve deliberar ações futuras e compartilhadas sobre casos individuais e em grupo e, para isso, deve ser utilizada a maior parte do tempo das reuniões.

Hoffman (2018b) assegura que os Conselhos de Classe sofreram influência dos modelos classificatórios de avaliação, por isso, se tornaram sessões de julgamento, servindo, muitas das vezes, apenas para apresentar resultados finais e discutir atitudes dos alunos em sala de aula. Ela defende que os Conselhos devem atender ao princípio da avaliação como uma ação projetiva, voltada para o futuro em termos de aprendizagem dos estudantes. Apresentar resultados e discutir comportamentos, são ações apenas constatativas que não coadunam ao caráter crítico- reflexivo dos Conselhos de classe. De acordo com a autora, a excessiva

preocupação coma burocracia e a diversidade de tempo e horários dos professores tiram o foco das questões epistemológicas e metodológicas da aprendizagem, que deveriam ser o objetivo central do Conselho:

Os conselhos de classe têm justamente esse propósito e precisam ser reinventados pelas escolas como espaços educativos dos professores na construção de uma proposta interdisciplinar, para a ampliação de suas perspectivas acerca dos diferentes jeitos de ser e aprender dos alunos e sua relação/interação com colegas e professores. Seu objetivo principal é propiciar aos professores a ocasião de decidir sobre ações pedagógicas no coletivo que contribuam para melhor aprendizagem de cada aluno e de todo grupo, o que reverte em benefício para toda a escola (HOFFMAN, 2018b, p. 31).

Destarte, pode-se perceber que o Conselho de Classe, embora seja uma ferramenta teoricamente rica do processo avaliativo, na prática, ele não tem cumprido o seu objetivo de propiciar a revisão das práticas educativas do processo ensino e aprendizagem. Quer seja por questões burocráticas, falta de tempo para as reuniões ou influência dos modelos classificatórios de avaliação, ele tem sido apenas um espaço destinado à apresentação de resultados dos alunos, discussão acerca de problemas de relacionamento entre professor/aluno e confirmação de aprovação e reprovação. Assim, é preciso repensar a sua organização e funcionamento e criar novas estratégias para que ele possa cumprir com o seu objetivo e contribuir para a formação humana integral dos alunos. Esta pesquisa se debruça sobre esses aspectos.

3. Diretrizes e Normas do Conselho de Classe

Conforme já citado, o primeiro instrumento normativo a tratar da inserção do Conselho de Classe nas instituições de ensino no Brasil foi a lei 5.692/71. Atualmente, em âmbito nacional, eles estão previstos no artigo 14, II da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

[...]

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Embora a LDB não cite claramente os Conselhos de Classe, ela resguarda a participação das comunidades escolar e local nos conselhos responsáveis pela gestão democrática dos sistemas de ensino. Por isso, entende-se resguardados os Conselhos de Classe, por serem espaços democráticos que envolvem os vários atores responsáveis pela gestão e organização de todo o processo de aprendizagem.

No IFMG, os Conselhos de Classe e a Avaliação estão previstos no Anexo I da Resolução 031/2016, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Ensino dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos artigos 97 a 99 e 110 a 114, respectivamente. No documento, percebe-se que o Conselho de classe é concebido como uma estratégia de gestão democrática, sendo, ainda, uma instância de reflexão, discussão, decisão, ação e revisão da prática docente. Além de definir o Conselho de classe, o instrumento normativo também define suas finalidades e forma de organização.

Art. 97. O Conselho de Classe constitui-se em uma das várias estratégias pedagógicas que possibilitam a gestão democrática na instituição de ensino, sendo instância de reflexão, discussão, decisão, ação e revisão da prática docente.

Art. 98. O Conselho de Classe terá como finalidades:

I. analisar o desenvolvimento do discente no processo de ensino-aprendizagem, a relação entre docente e discente, o relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos específicos da turma;

II. sugerir medidas pedagógicas a serem adotadas, visando superar as dificuldades diagnosticadas;

III. discutir assuntos referentes à promoção dos discentes, deliberando a respeito de seu aproveitamento e progressão nos estudos;

IV. propor medidas que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem, com base em dados analisados;

V. emitir parecer sobre questões submetidas à sua apreciação.

Art. 99. O Conselho de Classe será composto pelos seguintes membros:

I. Coordenador de Curso;

II. representante(s) da Diretoria de Ensino (DE) do campus responsável/responsáveis pelo acompanhamento pedagógico da turma;

III. os docentes da turma.

§ 1º Poderá ser convidado a participar das reuniões ou de parte delas, de acordo com os assuntos a serem tratados, o discente representante de turma e/ou o vice-representante.

§ 2º O Conselho de Classe poderá convidar a participar das reuniões ou de

parte delas, a seu critério e de acordo com os assuntos tratados, outros membros da comunidade acadêmica

Art. 111. A avaliação do desempenho do discente se dará de forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2016).

Ainda que o instrumento normativo não traga explícito o modelo de avaliação adotado, podemos verificar que no IFMG – Campus Ouro Preto, a avaliação está organizada para ser realizada de forma contínua e cumulativa. Nesse processo, deve-se prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, seguindo, portanto, as características de uma avaliação formativa, realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares (SANT’ANNA, 2017), tendo o Conselho de Classe como um dos espaços democráticos de revisão do processo ensino-aprendizagem.

4. A Formação Humana Integral na Educação Profissional e Tecnológica

Nos Institutos Federais, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é pautada na formação omnilateral, politécnica ou integral (SAVIANI, 1994; FRIGOTTO, 2003; MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015). A origem deste viés está na obra de Marx e Engels, bem como no modelo de escola unitária, defendido por Gramsci, e tem como referência a autonomia e a emancipação humana. Entretanto, na prática, muito ainda tem que se fazer para a concretização dessa formação politécnica.

Para Saviani (1994), a materialização da escola de formação politécnica, omnilateral será a concepção de educação capaz de preparar o indivíduo através de uma formação sólida, propiciando o desenvolvimento do seu pensamento abstrato e preparando-o para atuar frente às constantes alterações no processo produtivo. Para ele:

A universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos (formação omnilateral) conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais, estaria deixando o terreno da utopia e da mera aspiração ideológica, moral ou romântica para se converter numa exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo

produtivo (SAVIANI, 1994, p.162).

De acordo com Moura (2013), uma educação que tenha como perspectiva a formação omnilateral, integral e politécnica para todos, tendo o trabalho como princípio educativo, ainda é uma utopia. No entanto, esse é um objetivo a ser alcançado, na perspectiva da construção de uma sociedade verdadeiramente justa, na qual todos tenham acesso à educação pública e igualitária sob a responsabilidade do estado. Para melhor compreensão acerca da formação politécnica, ficamos com a definição de politecnicidade de Saviani (1989),

A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnicidade, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a **formação politécnica** deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos. Por quê? Supõe-se que dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência (SAVIANI, 1989, p. 17).

Conforme o autor, a politecnicidade se encaminha no sentido de superação da dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual. A formação politécnica ou tecnológica representa a união entre formação intelectual e trabalho produtivo, compreendendo, portanto, a formação integral ou omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo. Embora considere essa perspectiva formativa uma realidade distante de ser alcançada, devido ao cenário socioeconômico e educacional do país, que obriga os filhos de trabalhadores a ingressar no mercado de trabalho antes dos 18 anos de idade, Moura (2013) vê no Ensino Médio Integrado à educação Profissional Técnica de nível Médio um caminho em direção à politecnicidade. Para Ramos (2005),

Um projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico tendo como eixos o Trabalho, a Ciência e a Cultura, deve buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia (RAMOS, 2005, p.107).

Na integração, a finalidade dos conteúdos deixa de ser a de formar para o mercado de trabalho e

passa a ser a sua utilidade social. Assim, os conteúdos são selecionados com o intuito de promover comportamentos de promoção do ser humano para que ele possa se conhecer e conhecer a essência da sociedade e sua transformação. Desta forma, o ensino médio integrado busca formar o ser humano na sua integralidade, “em suas múltiplas capacidades: de trabalhar de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e justiça social” (ARAÚJO, FRIGOTTO, 2015, p. 68).

5. Resultados Preliminares

Como o presente trabalho se trata de uma pesquisa que se encontra em andamento, os resultados apontados ainda têm um caráter preliminar. Eles são frutos da observação do autor durante as reuniões dos Conselhos de Classe que ocorreram após a segunda etapa do ano letivo de 2018 e das entrevistas com a direção geral e a gerência de ensino de um campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Com o desenvolvimento da investigação, poderão surgir novas informações que confirmarão ou refutarão os dados até então obtidos.

Segundo o Regulamento de Ensino do IFMG, o Conselho de Classe deve se reunir ordinariamente após cada etapa de avaliação, conforme o calendário acadêmico e dele devem participar: o coordenador de curso, o responsável pelo acompanhamento pedagógico e os professores da turma. Entretanto, no campus pesquisado, essa participação não cumpre o que se estabelece no Regulamento.

Apesar de estar previsto no calendário, o Conselho não tem horário definido para a sua realização e acontece sempre no horário do almoço dos professores, entre as 10h40min e 13h. Esse horário traz uma série de complicações, pois, além de ser o horário de refeição e descanso dos docentes, também, neste mesmo horário, acontecem as orientações de projetos de pesquisa e extensão e as aulas de estudos orientados. Assim, os professores que estão envolvidos em algumas dessas atividades não têm como participar do Conselho. Já aqueles que participam, muitas vezes precisam sair antes do seu término para almoçar e voltar para a sala de aula, às 13h.

Destaca-se que, no campus investigado, não acontece Conselho de Classe, mas “conselhos de classes”, pois as reuniões são organizadas por séries e turmas do mesmo curso. Assim, se um curso possui quatro turmas de 1º ano, a reunião será realizada com as quatro turmas juntas.

Com isso, além do tempo insuficiente para a abordagem de todos os assuntos de todas as turmas, a dinâmica utilizada pela equipe pedagógica, é sempre a mesma: começam-se as discussões das turmas em ordem crescente. Dessa forma, os professores da turma quatro precisam aguardar o término da reunião das turmas anteriores para realizarem o conselho da sua turma. Outro ponto que chamou a atenção deste pesquisador é que após o término das discussões das turmas anteriores, os professores são liberados, restando, ao final, apenas os professores da última turma.

Ainda no tocante à realização das reuniões, elas são organizadas pela equipe pedagógica do campus de acordo com a pedagoga que acompanha o curso. Como cada uma acompanha um curso específico, são marcadas várias reuniões para o mesmo dia. Essa forma de organização prejudica, principalmente, o professor das disciplinas básicas, que na maioria das vezes, leciona em mais de um curso. Muitas vezes, ele tem que optar por participar do conselho de um determinado curso, ou participar apenas de alguns momentos de todos os conselhos. Essa forma de organização dificulta também a participação da gerência de ensino, que, assim como o professor das disciplinas básicas, participa apenas de alguns momentos das reuniões. Essa dificuldade, inclusive, foi assunto em um dos Conselhos e um professor fez a seguinte sugestão: *“eu queria fazer uma sugestão. Se a gente separasse uns três dias inteiros para os conselhos de classe de todos os cursos para facilitar para o campus inteiro”*. Segundo a pedagoga que acompanhava a reunião, a pedagogia não tem autonomia para isso e essa ação deve partir da direção geral.

Acompanhando os Conselhos, observou-se que as reuniões são sempre esvaziadas. Em conselhos de três turmas, com até dezessete disciplinas cada, o número de participantes gira em torno de dois e onze docentes por reunião. Também não há a participação da direção geral ou da diretora de ensino. Em entrevista, a diretora geral diz temer que a sua presença possa interferir na espontaneidade dos docentes. Observou-se também, que a maioria dos assuntos tratados são relacionados a notas e comportamento dos alunos. Embora não exista um padrão de reunião, pois cada pedagoga conduz o Conselho a seu modo, no início, ela aponta os alunos com maior número de notas abaixo da média e as causas apresentadas pelos docentes, geralmente são indisciplina, baixa frequência e problemas emocionais dos alunos. Pouco se discute sobre metodologia e práticas educativas. Além disso, os professores têm concepções diferentes acerca

do papel do Conselho de Classe. Enquanto uns entendem o Conselho como o local para tratar de notas e comportamento de alunos, outros o veem como um espaço para discussões maiores acerca do ensino/aprendizagem. Isso foi comprovado em uma das reuniões em que um professor discutia políticas públicas para a educação e foi convidado por outro docente para retomar o assunto do Conselho. Também não existe ata ou qualquer relatório sobre os Conselhos. Segundo a diretora geral, ela não se lembra de ter recebido qualquer demanda originada de encaminhamentos do Conselho de Classe, embora o gerente de ensino afirmasse já ter encaminhado demandas dessa natureza.

Com base nas observações, constatou-se que, apesar de o Regulamento de Ensino do IFMG prever que o professor faltoso deve encaminhar ao Conselho um relatório com as suas avaliações sobre o seu trabalho, seus alunos e turmas, na prática, isso não acontece e não há qualquer instrumento de controle sobre as suas faltas. Segundo a diretora geral, um instrumento punitivo, poderia obrigar o professor a participar das reuniões, mas isso, não refletiria no caráter pedagógico do Conselho. Ela defende uma campanha de conscientização dos docentes sobre a importância do Conselho de Classe como o lugar de olhar o aluno de forma individualizada, para que, através do convencimento, eles participem de forma efetiva das reuniões. Porém, segundo o gerente de ensino, essa campanha ainda não existe.

Por fim, observou-se que o Conselho de Classe no campus observado não é conclusivo, pois, apesar de o regimento prever que ele deva deliberar sobre o aproveitamento e progressão de estudos, o Conselho não se reuniu ao final da última etapa do ano letivo de 2018. Segundo o gerente de ensino, essa falha já foi corrigida para o ano de 2019, embora este pesquisador não tenha visualizado essa data no calendário escolar.

Como se viu nessa seção de resultados preliminares, no campus do IFMG, onde esta pesquisa está sendo desenvolvida, o Conselho de Classe, na maioria das vezes, tem cumprido apenas uma exigência burocrática. Pois, da forma com ele é organizado, com reuniões esvaziadas no horário do almoço dos professores, e paralelo a outras atividades que demandam a participação docente, ele pouco contribui para a integração, troca de experiência, e avaliação e revisão das práticas educativas.

6. Considerações Finais

De acordo com a pesquisa empreendida até o momento, constata-se que no campus do IFMG, onde esta pesquisa se desenvolve, o Conselho de Classe tem problemas tanto na sua forma de organização quanto no desenvolvimento das reuniões. Além disso, questões relacionadas à gestão da instituição também impedem que Conselho atinja os seus objetivos.

Quanto à organização, percebe-se que o Conselho de Classe não encontra espaço dentro da grade curricular do campus, sendo destinado para a sua realização, o horário de almoço dos professores, paralelo a outras atividades extraclasse e aos Conselhos de Classe de outros cursos. Essa forma de organização não permite a participação efetiva de todos os docentes e os Conselhos são sempre esvaziados e pouco produtivos. Observa-se também, falhas quanto à gestão de documentos das reuniões, pois não existem atas relatórios ou registros formais dos encaminhamentos dos Conselhos, prejudicando uma das suas funções que é a avaliação processual. Além disso, a não realização do Conselho da última etapa de avaliação impede de avaliar se houve ou não progressos ao longo do ano.

No que tange ao desenvolvimento das reuniões, observou-se que falta ainda uma maior conscientização dos docentes quanto ao papel do Conselho de Classe e o comprometimento de alguns deles quanto ao lançamento das notas e faltas dos alunos, visto que esta é uma exigência do Regulamento de Ensino e muitos Conselhos são realizados sem o lançamento desses dados. Falta também ao Conselho um padrão de condução das reuniões, uma vez que cada pedagoga conduz a reunião a seu modo.

Já em relação às questões relacionadas à gestão do campus, constata-se que faltam instrumentos de controle da participação docente ao Conselho e do lançamento prévio das notas e faltas, conforme estabelece o Regulamento de Ensino. Também é preciso haver um diálogo maior entre seus pares, uma vez que, em entrevista, o gerente de ensino afirma já ter enviado demandas do Conselho à direção geral e a diretora afirma nunca ter recebido demandas desse órgão. Assim, de forma geral, observa-se que há uma falta de organização para que o Conselho de Classe realmente aconteça.

Assim sendo, conclui-se, de forma preliminar, que, o Conselho de Classe é uma ferramenta importante no processo de ensino e aprendizagem, dada à sua característica de ser um espaço democrático de avaliação. Entretanto, no campus onde esta pesquisa se desenvolve, ele precisa

passar por um processo de valorização e fortalecimento para que ele seja capaz de impactar positivamente o processo ensino e aprendizagem e contribuir para a formação humana integral dos alunos dos cursos técnicos integrados.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima, FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação Em Questão*, Natal, v. 13, n.52(38), p. 61-80, maio/ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: MEC, 1996.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. *Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar*. 3. ed. São Paulo. Loyola. 2015

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Conselho de Classe*. [2010?] Disponível em <<https://srefabricianodivep.wordpress.com/pedagogo/conselho-de-classe/>> Acesso em 20 nov. 2018.

_____. *Trabalho Escolar e Conselho de Classe*. 4. ed. Campinas. Papyrus, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo. Cortez, 2003.

HOFFMAN, Jussara. *O jogo do contrário em avaliação*. 10. ed. Porto Alegre. Mediação, 2018a.

_____. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 17. ed. Porto Alegre. Mediação, 2018b.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Anexo à Resolução 031/2016. *Regulamento de Ensino dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG*. Belo Horizonte, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola*. Teoria e Prática. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo. Ed. Heccus, 2017.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e Formação integrada: Confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro. v. 20, nº 63; dez. 2015.

MOURA, Dante Henrique. *Ensino Médio Integrado: submissão aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?* Edu. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul/set 2013.

RAMOS, Marise, Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. *Conselho de Classe: burocratização ou participação?* 3 ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1986.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que Avaliar? Como Avaliar?* Critérios e instrumentos. 17 ed. 2ª reimpressão. Petrópolis, Vozes, 2017.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; et al (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

_____. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.